

ECONOMIAS NEOLÍTICAS E MEGALITISMO: INTRODUÇÃO AO PROBLEMA*

por Vítor Oliveira Jorge**

Resumé

Dans ce texte, qui est un extrait de la thèse de Doctorat d'État de l'auteur sur le mégalithisme du Nord du Portugal (1982), on fait une tentative de penser le mégalithisme (première architecture durable, en pierre, de l'Europe préhistorique) dans le cadre de ce qui a pu être l'économie et la société des communautés qui ont bâti ce type de monuments. L'articulation de données de l'archéologie et de l'éthnologie qu'on a essayé ici est peut-être un peu naïve, mais elle reste quand même valable en tant qu'appel à une préhistoire sociale, surmontant une tradition d'études trop attachées au descriptivisme des artefacts, au réductionisme des «cultures» et aux explications du changement social basées sur de vagues «influences» ou «diffusions».

* O presente texto (salvo pequenas alterações) constitui uma parte da dissertação de doutoramento do autor, sobre o megalitismo do Norte de Portugal, apresentada em 1982 à Faculdade de Letras do Porto, e orientada por Jean Roche, do CNRS, e por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, da FLUP, o homenageado deste volume. Apesar da sua inevitável desactualização em certos aspectos, pensa-se que muitas das questões levantadas são, ainda hoje, estimulantes, o que justifica a respectiva publicação, em memória daquele que foi um grande incentivador dos estudos de Arqueologia na FLUP, além de um inesquecível Amigo.

** Professor catedrático da FLUP.

1. Linhas de força da economia neolítica na Europa Ocidental

Quando tentamos traçar um quadro geral do Neolítico da Europa Ocidental, encontramos alguns aspectos fundamentais:

— *A economia neolítica surge na Europa ocidental de modo complexo e multifacetado*, tanto no aspecto cultural, como nas suas relações com o meio-ambiente. Isto não só porque ela depende, em grau maior ou menor, de estímulos exteriores de diferentes origens, como também porque se adapta, sem grandes rupturas, à tradição anterior de cada região. Nas zonas mediterrânicas, parece ter-se dado uma lenta, mas precoce, progressão do modo de vida mesolítico para a economia de produção, através da domesticação de alguns animais, que se veio somar às antigas práticas da caça-recoleção, de início predominantes. As primeiras áreas ocupadas são essencialmente litorais, revelando talvez a incapacidade destes grupos de penetrarem para o interior de um território hostil e a dependência dos mesmos grupos relativamente a fontes de aprovisionamento tradicionais, através das quais lhes podem ter chegado estímulos de áreas situadas mais a leste. É assim de vincar o aspecto progressivo da área mediterrânica nesta época, onde, apesar da sua inegável originalidade, podem ter ecoado impulsos oriundos, em última análise, do Próximo Oriente (agricultura, talvez a técnica da cerâmica).

Na região continental atlântica vemos, pelo contrário, chegar as últimas «pontas» da corrente neolítica danubiana, quase sob a forma de uma «importação», que se implantou, em grande parte da Europa média, nos solos férteis do loess. Na fachada oeste, porém, essas influências, inequívocas, esbateram-se a favor de uma forte originalidade própria do litoral, que as Ilhas Britânicas a seu modo também exemplificam.

Quanto à cronologia, ela é, como se sabe, muito diferente nestes diversos ambientes. Se um Neolítico antigo pode, em termos globais, ser colocado entre o início do VI.^o milénio e os primeiros séculos do IV.^o milénio a.C., a corresponder à primeira parte do período atlântico¹, se descermos ao particular encontraremos muitos desfasamentos temporais entre as diversas regiões. Realmente, enquanto no Mediterrâneo ocidental a neolitização começa nos inícios do VI.^o milénio, na zona atlântica do NW europeu ela não teria sido, ao que parece, «grosso modo» muito anterior ao IV.^o milénio a.C. (sempre em datas convencionais, não calibradas). Ou seja, um «Neolítico antigo» é aí, por ora, muito ténue e/

¹ V. J. Guilaine e outros, Cadre chronologique et séquences culturelles, *La Préhistoire Française*, Paris, CNRS, 1976, t. II, p. 13.

/ou muito curto. Note-se que numa zona capital como a Bretanha não está ainda bem esclarecido o processo de neolitização, nem a razão pela qual aparecem monumentos da envergadura de Barnenez logo na primeira metade do IV.º milénio, se é que tal se confirma.

— *É normalmente num fase média do Neolítico, cumprida certamente uma etapa mais ou menos longa de experiências pioneiras (mais bem detectadas, repetimos, na zona mediterrânica do que na atlântica), que o homem se fixa profundamente no solo, ocupando faixas cada vez maiores do território* (veja-se, a este respeito, o caso exemplar do Chasseense). Significativo é o facto de, por exemplo em França, a agricultura do Neolítico antigo se ter praticado sobretudo em solos pouco compactos, mais fáceis de trabalhar com a enxada (solos arenosos, löess), enquanto que, no Neolítico médio, ela se estende a vários tipos de terrenos, ao mesmo tempo que se multiplicam os testemunhos do desenvolvimento das práticas agrícolas². Estas podem ter revestido, umas vezes, a forma da agricultura itinerante (que é o mais «primitivo» sistema agrícola ainda hoje existente), comprovada, por exemplo, por Soudsky em Bylany (antiga Checoslováquia), e, noutros casos, talvez em ambientes mais favoráveis, ter já atingido um carácter mais estável (como parece ser o caso de Aldenhovener Platte, na RFA)³.

Este Neolítico médio, equivalente à segunda parte do Atlântico, é, em termos genéricos, situável entre os inícios do IV.º milénio e os fins do terceiro quartel do III.º milénio. Apesar das grandes diferenças regionais, na Europa ocidental desenvolve-se então uma tendência para cerâmicas lisas (complexos de Cortaillod, de Laggoza, chasseense, de Windmill Hill, cerâmicas ibéricas como as almerienses e as dos «sepulcros de fossa»)⁴.

Entretanto, o megalitismo, que em alguns dos seus focos pode mergulhar as suas raízes numa fase bastante antiga (caso de Portugal, por exemplo), maturiza-se agora plenamente, como aliás é lógico, dado, por um lado, os excedentes (para não falar dos efectivos populacionais) que tais construções pressupõem, e, por outro, o facto de eles terem decerto funcionado como pólos efectivos de um sentido territorial que as comunidades neolíticas pioneiras não deveriam talvez ainda possuir.

² Cf. Courtin, Guilaine e Mohen, Les débuts de l'agriculture en France; les documents archéologiques, *La Préhistoire Française*, Paris, CNRS, 1976, t. II, pp. 172-174.

³ V. discussão deste assunto em H. Jarman, Early crop agriculture in Europe, *Origine de l'Élevage et de la Domestication*, Nice, UISPP, 1976, pp. 138-139.

⁴ Guilaine, Systèmes chronologiques et séquences culturelles des civilisations néolithiques et protohistoriques de la France, *La Préhistoire Française*, Paris, CNRS, 1976, t. II, p. 18.

Esses monumentos são, pois, uma criação da fachada atlântica, substanciada numa extraordinária variedade de soluções arquitectónicas que, juntamente com o poliformismo cultural a que se ligam, mostram, mais uma vez, a relativa independência das várias regiões em causa.

— *O Neolítico final*, a partir de cerca de 2.500 a.C., ou seja, na charneira do Atlântico para o Sub-boreal, *vê o acentuar dos particularismos regionais*, representando certamente uma progressiva adaptação aos condicionalismos próprios de cada área.

Em muitos pontos da Europa Ocidental é impossível, sem forçar os factos, distinguir claramente este Neolítico final de um Calcolítico. Aí, dá-se uma transição progressiva do Neolítico para a Idade do Bronze, enxertando-se nessa transição a habitualmente chamada «cultura do vaso campaniforme», que anuncia o ritual do enterramento individual e divulga a metalurgia do cobre, sobrepondo a sua relativa uniformidade à manta de retalhos anterior. Na Península Ibérica, pelo contrário, a criação de excedentes leva, numa época claramente ante-campaniforme, ao desenvolvimento daquela metalurgia e à criação das primeiras formas de arquitectura militar (povoado fortificados tipo Los Millares, V.^a N.^a de S. Pedro, Zambujal).

2. Economias e sociedades «tribais»

A antropologia económica, que praticamente arrancou com a obra de Herskovits⁵, debate-se hoje com uma complexa problemática, discutida, por exemplo, por Maurice Godelier⁶ e por um conjunto de estudiosos franceses em *L'Anthropologie Économique — courants et problèmes*, sob a direcção de F. Pouillon (1976). Não vamos alongar-nos aqui sobre tal problemática; diremos apenas que o que está fundamentalmente em jogo assenta no próprio conceito de economia, da qual uns dão uma definição formalista (Herskovits, Firth, Goodfellow, etc.), outros substantivista. Enquanto que, a nosso ver, a primeira perspectiva retira todo o conteúdo à própria economia e, por extensão, a uma antropologia económica, a segunda procura ver as relações económicas como uma modalidade das relações sociais, mostrando a especificidade que tais relações assumem no concreto das sociedades, sejam elas actuais ou passadas, sejam «primitivas», «rurais» ou industriais⁷. Mas, mesmo

⁵ *Economic Anthropology. A study in comparative economics*, 1952.

⁶ Em *Antropologia — ciência das sociedades primitivas?*, 1.^a ed. port., Lisboa, Ed. 70, 1974, pp. 221 e seg.; e no prefácio e posfácio de *Un Domaine Contesté: l'Anthropologie Économique*, Paris, Mouton, 1974.

⁷ Godelier, *op. cit.*, pp. 224 e seg.

neste segundo campo há uma grande diversidade de perspectivas, que vão desde um K. Polanyi e seus seguidores, à generalidade dos antropólogos franceses, na maioria inspirados no marxismo (Godelier, Meillassoux, Terray, P.P. Rey, etc.). Deve dizer-se que, apesar de todas as críticas ao «formalismo», um livro como o de Godelier, *Sur les Sociétés précapitalistes* (1973), com um extenso prefácio a uma antologia de textos marxistas, parece ainda de certo modo traduzir, no seu título, um apego à velha consideração evolucionista das sociedades «primitivas» como simples estágio preparatório das mercantis históricas, quando, se alguma evolução geral se pode conceber, é apenas ao nível da progressiva absorção, pela dinâmica mundial da sociedade mercantil, de todas as formas de sociedade e de mentalidade de raiz anterior, como o próprio Godelier refere. As impropriamente chamadas sociedades «primitivas» (quer ainda residuais, mas em vias de desaparecimento, quer pré-históricas) têm de ser vistas como sistemas sociais actuando segundo parâmetros próprios, com as suas contradições internas (como em todas as sociedades, onde tais contradições podem actuar como motores do devir histórico), mas com uma coerência particular, que é dever do antropólogo e paleo-antropólogo reconstituir. Mais do que perdermos-nos, pois, numa discussão teórica que, a maior parte das vezes, se orienta pela posição ideológico-política dos seus autores, é nosso dever, aqui, circunscrevermos-nos à «positividade» dos factos económicos e sociais apurados pela ciência relativamente às sociedades «primitivas», com vista a uma melhor explicação do megalitismo, embora sem a pretensão absurda de nos situarmos, nós próprios, num ponto de vista «neutro» ou «cientista»; o nosso objectivo é só descritivo, relacionado com a finalidade concreta enunciada. Obras como a de Meillassoux (nomeadamente *Mulheres, Celeiros e Capitais*, ed. port. 1977), a de Marshall Sahlins (*Sociedades Tribais*, trad. bras. 1974, e sobretudo *Stone Age Economics*, 1972, trad. esp. 1977) e a de Bryony Orme (*Anthropology for Archaeologists*, 1981) ajudar-nos-ão neste desiderato. Aliás, parece-nos que a antropologia ainda não conseguiu criar um modelo, tanto quanto possível perfeito, das sociedades agrícolas «primitivas», embora os importantes contributos referidos apontem para esse fim. Neste domínio, há que superar, tanto o silêncio habitual dos «arqueólogos» relativamente a uma problemática que deveria ser também a sua, como a colagem, hoje descabida, a esquemas evolucionistas, como aqueles que, na sequência de Engels, G. Childe aplicou à Pré-história (por ex., *Social Evolution*, 1951). É uma problemática aberta, e baseada nos dados hoje ao nosso dispor, que nos importa; não se trata de nos circunscrevermos a um qualquer positivismo, uma vez que qualquer «positividade» dos factos se enquadra sempre num campo teórico e, em última análise ideológico;

trata-se, acentuámo-lo, de partirmos para a realidade sem «parti pris», instalando como «positivos» factos que só ganham em riqueza, e complexidade, com uma abertura pressuposta do campo ideológico.

Na sua obra *Stone Age Economics (Economia de la Edad de Piedra*, na ed. esp.), Sahlins tenta definir (caps. 2 e 3) o que designa por «modo de produção doméstico» em dois momentos: no primeiro, os aspectos «sub-produtivos» do mesmo, no segundo, as tendências que, adentro dele, levaram ou podem levar a uma intensificação da produção. Realmente, como já se tornava evidente em relação aos caçadores (v. cap. 1 da mesma obra), na maior parte das sociedades «primitivas» a produção está intimamente ligada ao consumo imediato, e não existe como uma finalidade em si própria; se os meios de uma sociedade são limitados, mas as suas necessidades também, há uma perfeita adequação entre uns e outros, chegando Sahlins, com manifesto exagero, a falar de uma «sociedade da abundância» ao nível dos caçadores, contrapondo-a, polemicamente, à «escassez» da sociedade de consumo actual, em que a aquisição de bens, tornando-se um objectivo fundamental, gera permanente frustração de só se poder possuir uma parte muito limitada dessa massa de bens produzidos. Percebe-se a necessidade do autor de, acentuando a sua posição com uma fórmula, se contrapor frontalmente aos economistas formalistas. As sociedades constituídas por grupos domésticos, e articuladas na base das relações do parentesco, sub-aproveitam os recursos potenciais ao seu dispor, bem como a força de trabalho que possuem, uma vez que visam apenas o consumo necessário à sobrevivência dos produtores. Para dar apenas um exemplo, é sabido quanto a agricultura pelo sistema das queimadas é uma agricultura extensiva, que necessita de muita terra, porque esta assim facilmente perde a sua fertilidade; ora pode demonstrar-se quantitativamente que essa forma de agricultura — talvez a predominante entre as sociedades «primitivas» existentes (p. 62 da ed. esp.) — actua a níveis de produção muito inferiores aos que poderia atingir. O mesmo acontece em relação à utilização do potencial de força de trabalho: o sistema político-social estabelece regras que introduzem permanentes discontinuidades na vida agrícola, sucedendo-se longos períodos de repouso, ou de inactividade utilizada para festas ou rituais, a curtos momentos de trabalho intenso. Visa-se tão só o esforço suficiente à vida, e, por vezes, esse esforço nem sequer é realizado pelos mais capacitados; ele recai ora mais sobre um dos sexos, do que o outro, ora sobre classes etárias que não são as mais próprias para o trabalho, pela sua adiantada idade. Em muitas sociedades, as tarefas diárias cumprem-se em algumas horas, ficando o resto do tempo para o descanso, ou as actividades sociais. Quer dizer: não só se aproveita uma pequena fracção dos recursos disponíveis, como também se desvia do processo produtivo

uma parte importante das energias dos indivíduos. O próprio «trabalho», como conceito autónomo, não existe muitas vezes, confundindo-se numa só ideia trabalho e outras actividades, como as rituais (ib., p. 82). O sistema não procura produzir excedentes no sentido próprio do termo (ou seja, aqueles que se encontram para além dos necessários às sementeiras seguintes). As próprias unidades domésticas têm uma produtividade muito variável (dependendo inclusivamente da percentagem que nelas existe, em cada momento, de produtores e consumidores), e não raro algumas não conseguem atingir o mínimo necessário à sobrevivência, dependendo então da solidariedade dos seus vizinhos e parentes (os dois conceitos na prática confundem-se).

Um sistema deste tipo caracteriza-se, pois, adentro dos seguintes parâmetros:

— capacidade laboral «sub-aproveitada», divisão do trabalho apenas baseada no sexo, domínio das mesmas técnicas por todos os membros da sociedade (desde a confecção de instrumentos, simples prolongamentos da energia do corpo do utente, até à aquisição de matérias-primas e sua utilização), o que pressupõe um grau de desenvolvimento tecnológico rudimentar;

— objectivos limitados, finitos, da produção, que visa apenas a satisfação do consumo corrente, e não excedentes no sentido acima exposto; não há propriamente uma actividade produtiva em si, um «trabalho» em si, importa apenas produzir um número limitado de bens que têm uma aplicação especificada; portanto, o esforço de trabalho é descontínuo, intermitente, ritmado pela rotação sazonal, procurando preservar as energias físicas dentro de um certo equilíbrio permanente, e não tirar delas o máximo partido;

— cada unidade doméstica funciona como uma «mónada» familiar, acedendo autonomamente aos meios de produção, produzindo para o seu consumo interno; embora se verifique, como se disse, cooperação entre unidades, tanto no sentido da realização em comum de certas actividades, como da solidariedade para com as células temporariamente mais pobres, não se constituem entidades sociais de nível superior ao da família, não há uma estrutura que se sobreponha, de um modo ou de outro, à da unidade doméstica, que tende a fechar-se sobre si própria em momentos de crise geral, mostrando a contradição, inerente a este tipo de sociedade, entre os interesses privados da família (algo camuflados pelo sistema de parentesco, que tende a alargar horizontalmente as formas de cooperação) e o interesse geral, com fraca capacidade para se impor;

— tendo objectivos limitados, que consistem essencialmente na manutenção de um «status quo» baseado na unidade doméstica, este tipo de sociedade tende a rasoiar as diferenças, nivelando os interesses

sociais num certo tono, impedindo ou dificultando a emancipação de «minorias» mais capazes: «a norma usual de bem estar tende a fixar-se a um nível que esteja ao alcance da maioria» (*op. cit.*, p. 104); assim se consegue manter um estatuto de igualdade aproximada entre todas as unidades domésticas, restando contradições que, se agudizadas, gerariam violência e quebra de um estado de equilíbrio. Chayanov provou, por exemplo, que «a intensidade do trabalho num sistema de produção doméstica para o consumo varia inversamente com a capacidade de trabalho da unidade de produção» (*ib.*, p. 107). Quer dizer, quanto mais produtores disponíveis, menos trabalho se produz, de modo, mais uma vez, a não intensificar as diferenças de fortuna. O que significa que a emanação de um poder central (processo lento e complexo que, levando à sociedade estatal, contém em si o gérmen da destruição da sociedade «doméstica») passa, na origem, não tanto por um incremento da produção por parte de um grupo, como um fim de obter mais riqueza em si mesma, mas por um desejo de prestígio que se consegue oferecendo produtos acabados, algo que esteja «acima» do ciclo produtivo propriamente dito (alimentos, artigos de prestígio, etc.): os primeiros «chefes» são aqueles que dão generosamente tudo o que receberam, ficando depressa tão «despojados» como os seus parceiros sociais. Desenvolveremos este ponto mais à frente;

— como todas as sociedades, a «sociedade doméstica» aparece-nos assim como campo de contradições, de forças opostas que nela momentaneamente se equilibram: contradições entre os interesses de cada unidade e os interesses gerais (muito fracos, dada a inexistência de um núcleo de poder consistente, e dada a autonomia de cada unidade, e a sua dispersão no espaço, quase sempre índice de «individualismo»), contradição, afinal, entre forças «centrípetas», asseguradoras de coesão, ao nível intra-doméstico, e «centrífugas», dissolventes de tal coesão, ao nível extra-doméstico (*op. cit.*, p. 114);

— numa organização tão frágil como a descrita, existem contudo áreas, ou factores, de integração das unidades familiares num todo social, sem o qual este tipo de comunidade não poderia existir. São eles o sistema de parentesco, a liderança de certos indivíduos (momentânea, permanente, ou mesmo, em sociedades em que o processo de constituição do poder já se encontra mais adiantado) e outras instituições, como os rituais (é a este nível que, como veremos, se pode compreender o papel do megalitismo na Pré-história europeia). O parentesco (de força tanto maior quanto os parentes estão mais próximos entre si) é uma forma de contrabalançar a importância dos interesses centrados na unidade doméstica, na medida em que estabelece todo um conjunto de privilégios e de deveres que, salvo momentos de grande crise, são respeitadas.

Porém, é o controle político que, progressivamente, vai tomar o papel antes reservado ao parentesco: «no decurso da evolução social primitiva o controle principal sobre a economia doméstica parece trasladar-se da solidariedade formal da estrutura do parentesco para o aspecto político desta. À medida que a estrutura se politiza, em especial à medida que se centraliza na autoridade dos chefes, a economia familiar integra-se numa causa social mais geral». (*op. cit.*, pp. 147-148). Isto é, começa a reforçar-se, através do chefe, um dos princípios em jogo no corpo social, o do interesse público em relação ao privado. Esse interesse de âmbito e finalidade mais vasta não surge nem de súbito, nem a partir do nada: mas na consequência da «radicalização», como escreve Sahlins, «da função do parentesco» (p. 149). O chefe é um «parente superior» que, utilizando a moral do parentesco, a ergue a «uma forma mais elevada de reciprocidade e liberalidade». Se a reciprocidade, mais ou menos intensa, é uma obrigação de todos os parentes (e, por extensão, de todos os elementos da comunidade), então a reciprocidade irá assumir, no líder, a forma de generosidade deste para com os seus liderados, que tende a camuflar um movimento «ascendente» de bens no sentido inverso, uma vez que, se o líder possui algo para dar, é porque o obteve de algum modo: da sobreprodução da sua própria família (através, por exemplo, da poligamia, isto é, do trabalho das suas diversas mulheres), é certo, mas também do incremento da produção das restantes unidades domésticas. Vê-se bem, neste contexto, qual o papel de tantos artigos que os colonizadores introduziram nas sociedades «primitivas», nelas supérfluos: oferecidos aos chefes, com o fim de concitar a sua colaboração nos desígnios dos ocupantes, eles eram imediatamente postos a circular como bens de prestígio, e nunca entravam no circuito da economia nativa propriamente dita, cujo equilíbrio poderiam alterar (esta foi, durante muito tempo, uma forma de reacção, algo passiva, das economias nativas, ao envolvimento da economia mercantil moderna). Assim, o chefe funciona como um pólo organizador e incrementador da produção, uma entidade que, movida pelo gosto do prestígio, do respeito (cujas origens e razão de ser falta explicar), se ergue acima dos interesses meramente privados, incentivando o esforço na produção de mais riqueza, que logo redistribui, para se não contrapor frontalmente à moral igualitária (os princípios morais têm sempre uma dinâmica de evolução muito mais lenta do que os económicos e sociais). Mas, enquanto acumula e distribui, organizando grandes festas públicas ou outras formas de repartição dos excedentes, o líder impõe, pela sua própria existência, formas mais intensas de produção e de cooperação no seio de uma sociedade fragmentária.

É evidente que, nesta tarefa de historiar a origem e desenvolvimento do poder político centralizado, base da criação do Estado, se encontram

dificuldades enormes, porque, ou nos atemos à descrição de sociedades particulares, a cujos dados etnográficos falta normalmente a componente tempo, ou abstraímos para formular um modelo geral, que terá de utilizar elementos provenientes de regiões e povos muito distantes, caindo facilmente num evolucionismo simplificador e abstracto. Contudo, podemos dizer que, à medida que o poder do chefe se torna mais importante (adiante classificaremos as suas formas), à medida que a liderança desenvolve a produção de excedentes, estendendo-se a distância e articulando regiões vocacionadas ecologicamente de forma distinta, essa liderança se vai cada vez mais revestindo de um poder económico. «Se nos é permitido uma metáfora histórica — escreve Sahlins, p. 158 — diremos que o que começa com uma distribuição da produção em benefício dos demais, por parte do possível chefe, termina numa situação em que são os outros a pôr a sua produção ao serviço do chefe». Aquilo que havia sido, à partida, um «contrato» entre o povo e o líder, em que este apenas funcionava como um «pivot» redistribuidor de uma riqueza que a todos pertencia, passa a assumir formas de dependência de uma população em relação a esse elemento minoritário. Esta inversão de sentido, esta «subversão», se quisermos, da lógica da sociedade «primitiva» nas suas formas iniciais, constitui um complexo processo, no qual a realização de festas e rituais deve ter tido uma importância considerável. Essa teatralização do acto da dádiva (cada vez mais importante, à medida que se integrava sob a alçada do chefe uma população mais vasta, e portanto mais distanciada do mesmo nas suas relações quotidianas) esconderia precisamente a subtracção ao circuito da distribuição de uma porção de riquezas, por parte do chefe; ou, por outras palavras, o poder, ao ampliar-se, e hierarquizar-se, ao constituir-se progressivamente como um corpo autónomo no seio social, necessitaria cada vez mais de dispor dos seus meios também autónomos de se impor. Esse poder seria forçado, para ultrapassar o estágio original de simples prestígio ou carisma, a dispor de meios económicos cada vez mais importantes; para poder funcionar, para além das relações de vizinhança (em que o carisma tem menos dificuldade de se impor) teria de se constituir como uma entidade superior, com os seus próprios mecanismos de intervenção no seio da realidade social. De sociedades indivisas, recusando a separação entre governantes e governados, de sociedades «contra o Estado» (P. Clastres), as sociedades «primitivas» teriam assim lentamente passado a comunidades cada vez mais hierarquizadas. O complexo processo desta mutação, explicativo da origem do poder, é para nós o principal problema da Antropologia e da História como ciências (para utilizar uma compartimentação do saber cujo sentido vai sendo cada vez menor).

Tentemos imaginar, antes de mais, alguns dos «passos» mais importantes de tal «processo». B. Orme (*op. cit.*, pp. 138 e seg.) refere-se a cinco «tipos» de organização do poder, simbolizados no respectivo detentor: líder temporário, de determinada actividade («activity leadership»), homem importante ou líder permanente («big man»), chefe de aldeia («village chief»), chefe tribal («tribal chief») e, finalmente, rei («king»).

No primeiro tipo de sociedade, não há qualquer forma de autoridade permanente, mas tão só liderança de certas actividades por aqueles que, no próprio decurso da acção, se mostram mais capazes; normalmente, quase todos os adultos passam por tal experiência, limitando-se, durante a mesma, a aconselhar, e não, propriamente, a chefiar (por ex., pigmeus Mbuti).

Os «homens importantes» («big men») são já líderes permanentes, ao nível de um pequeno grupo (aldeia), que pode ir de algumas dezenas a uma centena e meia ou duas de pessoas; a expressão resulta da utilizada para designar tais líderes na Nova Guiné. Esta forma de poder, embora permanente, não é hereditária, nem tem a força da do chefe de aldeia. Trata-se de líderes que correspondem a indivíduos com certas capacidades pessoais, que, além da habilidade para realizarem tarefas produtivas, residem no seu carácter extrovertido, e poder de palavra (compreende-se bem a sua importância em sociedades sem escrita — ainda hoje o poder galvanizante da oratória, de «transformar a voz em corpo», é um dos atributos dos chefes políticos); delas lhes advém prestígio entre os seus vizinhos, em que reside todo o seu poder. O facto da generosidade ser um dos atributos mais apreciados nestes indivíduos, pode levá-los a ter várias mulheres (Kapauku, por ex.), incrementando assim a produção, como dissemos atrás. As suas principais funções sociais realizam-se ao nível da organização de certas manifestações colectivas, como festas, tanto no plano intra-grupal, como extra-grupal, em colaboração com outros líderes.

Embora ainda actuando ao nível da aldeia, portanto de um grupo de vizinhos, o chamado «chefe de aldeia» é já detentor de um poder parcialmente hereditário (referente à família ou linhagem), portanto sem a fragilidade dos casos anteriores; ele pode também ser o chefe de um clã ou linhagem, que inclua indivíduos pertencentes a vários núcleos populacionais. Normalmente, entre os vários elementos do clã, são escolhidos os indivíduos mais capazes. As suas funções, acrescidas em relação às do «big man», revelam a sua ligação a sociedades que já controlam ou se inserem em redes comerciais de certa importância (ilhas Trobriand, por ex.); natural é, assim, que as suas funções adquiram toda uma extensão e se revistam de toda uma autoridade que as do «big man»

não tinham. Os rituais só podem ser realizados pelo chefe, e Orme explicita que «tanto quanto podemos generalizar, os aspectos rituais da liderança estão intimamente associados ao poder hereditário e há uma tendência para qualquer aumento da autoridade pessoal ser acompanhado por um aumento correspondente do elemento ritual e religioso dos deveres do chefe». (*op. cit.*, p. 142). Este aspecto é, para nós, de fundamental importância, pois mostra a articulação entre a componente económico-social e política, e a religiosa, nestas sociedades de que tratamos. Tudo se passa como se a esfera do religioso servisse, nelas, de espelho e projecção ao nível do imaginário, da realidade social; o poder pessoal, para se afirmar, transpõe-se a um plano transcendental, que, uma vez assumido pelos parceiros sociais como sustentáculo ontológico da realidade, passa a servir como «justificação» e reforço de um «status quo» social. O detentor do poder é também o interlocutor privilegiado, através dos rituais, da sociedade, com a sua projecção imaginária na esfera do sagrado, que inclui os antepassados do grupo. Daí que «também na morte», o «estatuto» do líder «possa ser indicado por rituais funerários próprios (...)» (Orme, p. 143). É evidente que toda a complexa combinação de planos (económico, social, religioso, etc.) que enunciámos, se não processou nem de forma rápida, nem inteiramente consciente, como um programa de conjunto que saísse da mente de um planificador para a realidade. É a necessidade de clareza que nos leva a exprimirmo-nos como se de algo tão simples se tratasse. Não há relações mecânicas e deterministas entre os vários «sub-sistemas» do sistema social; mas este acaba, nos seus estádios de equilíbrio, por funcionar de forma adequada entre todos os seus elementos. Compete ao investigador, em cada caso, mostrar como se geram esses estádios de equilíbrio, essa estruturação do social em que, como num organismo, cada elemento se encaixa perfeitamente nos restantes, contribuindo para o funcionamento do conjunto. É evidente que nos interessam aqui grandes tendências, «estádios-tipo», que poderão verificar-se ou não em cada caso; e a sua adequação à Pré-história terá de ser sempre muito cautelosa.

Enquanto que, ao nível do «chefe de aldeia», as relações interpessoais, mais ou menos frequentes, estão na base do poder, no dos «chefes tribais» o sistema por eles controlado transcende já esses contactos espacialmente localizados, estendendo-se a unidades territoriais mais vastas. O seu cargo é puramente hereditário; os chefes saem sempre de uma família ou de um número restrito de famílias. Por outro lado, nota-se uma hierarquização de famílias adentro da comunidade tribal; no topo dessa hierarquia, o chefe (e também, por vezes, a sua família) movimentava-se num espaço algo segregado do da sociedade que o rodeia; ele tem um poder com certas características sobrenaturais, e certos objectos são seu

atributo exclusivo, quase seu «emblema»; além disso, as suas responsabilidades e autoridade no que toca ao cumprimento da lei são muito maiores do que nos «tipos» de poder antes referido.

Caso extremo de toda esta série que temos apresentado, é o da realza. Mas, repetimo-lo, a sequência em que o fizemos tem apenas um sentido lógico, e de modo algum se presume, aqui, a existência de um fio condutor que tivesse levado as sociedades a passar pelos diferentes «estádios» apontados: a história desenvolveu-se de modo multilinear, e para lá das grandes tendências muitos casos devem ter fugido a qualquer «regra» que pretendamos criar. O que é importante, para o objectivo concreto que perseguimos, é verificar a existência, adentro das sociedades «primitivas» com uma economia de produção, de certas tendências económico-sociais gerais, observando-se, numas, um sistema puramente fragmentário sem nenhuma estrutura que se sobreponha aos interesses das unidades domésticas, e, noutras, uma nítida tendência para a cristalização de um pólo organizador, incrementador da produção de excedentes, do poder pessoal, da hierarquização social, e da integração de grupos numa escala mais vasta, em relação com o desenvolvimento de importantes rituais. Podemos dizer que, com toda a probabilidade, e em termos muito gerais, se terá dado na Pré-história europeia uma evolução que conduziu de sociedades do primeiro tipo a sociedades do segundo. E, que na Europa ocidental atlântica, as formas de enterramento e os rituais a elas ligados traduzem essa evolução, nomeadamente adentro de um fenómeno algo artificialmente designado como megalitismo, cujo processo de desenvolvimento pode, justamente, reflectir as fases mais cruciais dessa mesma evolução.

Precisemos agora um pouco melhor, socorrendo-nos da análise de C. Meillassoux, que de maneira alguma é inconjugável com a de Sahlins, os modos de funcionamento económico-social das comunidades relativamente às quais esboçámos atrás alguns parâmetros gerais; o problema da definição da «comunidade doméstica» é realmente mais vasto e complexo do que esses parâmetros apontados permitiriam supor. Algo abstracta e muito incompleta, a análise de Sahlins serve apenas como uma primeira aproximação, de grande valor aliás, ao problema em causa.

Numa sociedade do tipo que nos importa, baseada na agricultura, praticada adentro de um sistema de unidades domésticas viradas para o consumo e para relações apenas com comunidades semelhantes (aquilo a que Sahlins e Meillassoux chamam «modo de produção doméstico»), a relação entre os homens e a terra é completamente diferente da que se encontra nas sociedades de caçadores («horda» ou «bando», como poderíamos chamar-lhes). Enquanto que nas primeiras a terra é um «meio de trabalho», isto é, sobre ela incidem uma série de acções, ao longo do

ciclo agrícola, que resultam na obtenção de um produto diferido relativamente ao tempo do esforço, na economia de caça a terra é simplesmente um «objecto de trabalho», uma realidade em que a energia investida é imediatamente recompensada (Meillassoux, *op. cit.*). Se assim é, as relações sociais têm de ser muito diferentes num e noutro tipo ideal (nunca nos esqueçamos de que se trata, aqui, de modelos, que têm de ser corrigidos quando nos aproximamos de cada caso concreto); na horda, são relações de adesão, alianças que se forjam e desfazem com certa facilidade, correspondente ao imediatismo da forma de obter os meios necessários à sobrevivência. Na sociedade agrícola, o próprio trabalho da terra exige uma outra estabilidade social, que se concretiza em relações de filiação, ou seja, baseada em células familiares estáveis, polarizadas pelo contrato de casamento. É que, não só as tarefas agrícolas se escalonam ao longo do tempo, exigindo um esforço que só na colheita é recompensado, como, por isso mesmo, obrigam ao encadeamento de, pelo menos, três ciclos agrícolas, na medida em que é preciso conservar sementes do ciclo anterior para utilizar na sementeira, e de igual modo guardá-las para o ciclo seguinte. A existência desse capital entesourado num celeiro fixa os homens à terra, e a dependência em que o êxito de cada ciclo agrícola se encontra relativamente aos factores ambientais (clima, pragas, etc.) obriga ainda à conservação de uma parte do produto anterior para prever qualquer eventualidade. Quer dizer, uma comunidade familiar agrícola tem de ser uma unidade coesa, unida pela ideologia do parentesco (quer entre os seus membros, quer com outras unidades semelhantes), e ligada à exploração organizada de um certo território mais ou menos fixo («territoire — terroir»). O elemento tempo tem pois aqui uma grande importância: as ligações pessoais funcionam como vínculos estáveis, a comunidade encontra-se mais preparada (do que nas sociedades de caçadores) para poder alimentar os elementos não produtivos (crianças, velhos); estes últimos desfrutam de um grande prestígio, pois são aqueles que, há mais tempo, investiram a sua energia na terra, iniciando a cadeia que os produtores actuais (em relação a cada momento do tempo) continuam. Trata-se aliás de comunidades que utilizam técnicas agrícolas relativamente elementares (excluindo os animais de tracção), inteiramente dominadas, como dissemos, por cada produtor adulto, constituindo portanto uma série de actividades em que o que conta sobretudo é a destreza, a habilidade, com que a energia humana é aplicada no trabalho, agrícola ou artesanal; e a aprendizagem dessas técnicas é inteiramente feita no âmbito familiar, pelo exemplo dos mais idosos. Não admira, assim, que nas relações «orgânicas», «vitalícias, estatutárias e intangíveis» (como diz Meillassoux) estabelecidas entre todos os membros da comunidade, estes últimos ocupem o topo de uma «estrutura hierárquica

baseada na anterioridade», definindo-se uma «dependência, uma estrutura e um poder de gestão atribuído ao mais antigo no ciclo produtivo» (*id.*, *op. cit.*, p. 76). Realmente, o funcionamento deste tipo de sociedades repousa essencialmente sobre a energia humana, e a sua reprodução em alguma forma de controlo dessa energia, tanto ao nível da subsistência (alimentos) como ao nível genético (mulheres). Assim, para um homem qualquer os objectivos fundamentais são o acesso à terra produtora de alimentos e, a partir da idade adulta, o acesso a uma mulher, para constituir uma unidade familiar, ficando a ser um membro de pleno direito da comunidade. Ambos esses acessos são regulados por uma teia de deveres e de direitos, de que em última análise são garantes os homens mais velhos e, entre eles, o mais velho. De facto, na sucessão sempre renovada de adiantamentos (em trabalho) e restituições (em bens produzidos) que a agricultura institui, os mais velhos são «os primeiros a quem se deve a subsistência e as sementes», e «o mais velho no ciclo de produção não deve nada a ninguém a não ser aos antepassados, ao passo que concentra nele a totalidade daquilo em que os mais novos são devedores à comunidade, que ele acaba assim por encarnar». (Meillassoux, *op. cit.*, p. 75). Sobre a terra, entendida não tanto como uma «propriedade» colectiva (no sentido que damos vulgarmente a tal palavra), mas como um «património» colectivo, vai-se depositando um tempo, uma memória, de que os antepassados, que antes nela trabalharam, não são excluídos: e é a inserção na cadeia das relações sociais (filiação ou afinidade) que permite a um indivíduo incluir-se nessa sucessiva utilização de um bem comum, e na cadeia de direitos que a maior ou menor anterioridade em relação aos demais lhe confere (*ib.*, pp. 65-67). A existência, pois, de um grupo de homens mais velhos, cria nas sociedades igualitárias de agricultura «primitiva» um embrião de poder, do qual irá lentamente ascendendo uma elite, à medida que for sendo necessário controlar um espaço mais vasto, uma população mais abundante, à medida que o poder, de simplesmente temporário, carismático, se for tornando hereditário, e até de certo modo «divinizado», numa tendência para se estabilizar adentro de um corpo social em que o simples «carisma» do contacto interpessoal deixa de ser suficiente, quando esse corpo se alarga. Inicialmente, as formas de controlo são fundamentalmente dos mais velhos em relação aos mais novos, não só relativamente à produção e consumo, mas também no seu acesso ao casamento. Em muitas sociedades do tipo que tratamos, para os velhos convergem certos excedentes, economicamente esterilizados sob a forma de bens de prestígio, que servem como «dote», ou crédito, através do qual o homem novo assegura a obtenção de uma esposa, isto é, o direito à paternidade, a tornar-se ele também, um dia, um elemento desse grupo etário «dominante». Num tipo

de comunidades em que as mulheres em idade de procriar estão normalmente em minoria em relação ao conjunto dos produtores, mas em que o que é fundamental é assegurar a reprodução dos produtores, através do controlo dos casamentos, tende a estabelecer-se um sistema exogâmico, e patrilinear, baseado em alianças entre comunidades diferentes mas análogas, sistema que é controlado pelos mais velhos, entre os quais circulam os bens de prestígio como penhor da obtenção, a prazo, de uma mulher por cada mulher cedida. Daqui a proibição do incesto, que surge como «natural» (porque moral, e portanto, absoluta), «quando o controlo matrimonial se torna um dos elementos do poder político» (Meillassoux, *op. cit.*, p. 28); realmente, «desde que a célula, a fim de se reproduzir, se abre cada vez mais ao exterior a fim de obter esposas, o poder do mais velho tende a deslocar-se do controlo das subsistências para o controlo das mulheres, da gestão dos bens alimentares para a autoridade política sobre os indivíduos». (*ib.*, pp. 79 e 80). A mulher tem assim, nestas sociedades, uma importância social muito inferior ao seu papel; riqueza particularmente apreciada, bem menos abundante do que o seu contraponto natural, a terra, sobre a sua fecundidade se estende a teia do controlo da sociedade masculina; «só quando perder as suas capacidades fisiológicas de reprodução — escreve Meillassoux, pp. 127-128 — é que tem possibilidades de adquirir as respectivas capacidades sociais». Mas, mesmo assim, o seu estatuto é sempre inferior: «morta, os seus funerais são muitas vezes imperceptíveis, porque a mulher não morre, desaparece, salvo exceções, sem ascender à posição de antepassado». (*ib.*, p. 128). Ao contrário, a situação de dependência em que se situam os homens mais novos em relação aos mais velhos é apenas temporária: também eles adquirirão um dia o seu estatuto de integral participação na comunidade; a sua inferioridade é, repetimo-lo, apenas transitória.

O equilíbrio de uma sociedade deste tipo, tenazmente mantido, tende todavia a romper-se à medida que se amplia o seu âmbito espacial e demográfico; então, a segmentação pode verificar-se, mas pode também observar-se um reforço do poder por parte da linguagem primogénita, que tentará canalizar a seu favor o mecanismo da reprodução social (submissão das mulheres púberes, açambarcamento dos dotes, etc., transmitindo, finalmente, esse poder aos membros da mesma linhagem por via hereditária (*ib.*, pp. 137 e seg.).

É impossível, no contexto deste artigo, esgotar toda a riqueza do esforço de Meillassoux, raro na antropologia contemporânea⁸, para

⁸ Apesar da críticas, sem dúvida em certa medida pertinentes, que ao seu tipo de perspetivação dos problemas dirige Marc Augé, em *Symbole, Fonction, Histoire — les Interrogations de l'Anthropologie*, Paris, Hachette, 1979.

compreender o funcionamento da sociedade agrícola doméstica. Acrescentemos apenas que ele demonstra, apesar das insuficiências de detalhe, que tal sociedade é um sistema em que todos os elementos jogam para assegurar a reprodução de um «status quo», permitindo a sobrevivência dos pós-produtivos e a multiplicação dos produtores (*op. cit.*, p. 131). Nesse aspecto, a sociedade agrícola primitiva constituiu um indelével progresso em relação às sociedades de caçadores, incorporando o factor tempo como um elemento fundamental, na ordem económica, nas explicações do mundo e na ordem moral, privilegiando a experiência dos mais velhos, assegurando os meios para a emancipação progressiva de uma minoria sem cujo controlo não teria havido desenvolvimento qualitativo da sociedade humana. Esta aquisição científica pode, com certeza, apesar das correcções de detalhe que terá de sofrer, considerar-se uma das grandes descobertas das ciências humanas no nosso século, no que ela representa de superação de um positivismo estrito e de um certo «idealismo» estruturalista.

3. Antropologia e arqueologia: pontes interdisciplinares

Tendo a Antropologia atingido uma maturidade teórica que as construções expostas testemunham, e, por outro lado, tendo a Arqueologia compreendido o seu interesse em superar uma fase meramente descritiva (encarando as estruturas materiais como veículos de uma «reconstituição» mais integral do passado, ou, por outras palavras, erguendo-se à formulação de uma Paleoantropologia cultural), está criado o campo interdisciplinar que permitirá compreender a evolução das sociedades pré-mercantis, posteriores à horda de caçadores. Entre o que sabemos das sociedades «primitivas» estudadas pelos antropólogos e os dados da arqueologia pré-histórica, a articulação não é todavia fácil. Há discrepâncias importantes entre uns dados e outros, o que apenas mostra a necessidade da «souplesse» de um esquema interpretativo do passado pré-histórico. De acordo com o ponto de vista que nos importa — tentar definir, o melhor possível, o contexto ou contextos económico-sociais em que o megalitismo nasceu e se desenvolveu — vejamos mais em detalhe um aspecto específico, mas capital, do funcionamento das sociedades agrícolas «primitivas»: precisamente a agricultura.

A forma de agricultura mais «primitiva» ainda hoje sobrevivente (por alguns designada «horticultura»)⁹ é a agricultura itinerante ou nómada («shifting agriculture», na expressão inglesa, ou «brandwirts-

⁹ F. Vivelo, *Cultural Anthropology Handbook*, Nova Iorque, Macgraw-Hill, 1978, p. 49.

chaft», na alemã; também conhecida como «slash-and-burn cultivation» — agricultura por corte e queimada —, agricultura de roça ou «swidden»). Trata-se de um sistema agrícola que consiste na abertura de campos em floresta virgem (ou em áreas florestadas anteriormente abertas e de novo reocupadas pelo mato), campos esses que são trabalhados durante um período mais ou menos longo, e de novo abandonados, tendo portanto um carácter temporário. Esta forma de cultivo encontra-se largamente expandida, do mundo tropical ao temperado, assumindo formas muito diversificadas. Desde logo, convém distinguir entre a agricultura de raízes ou tubérculos e a de cereais, profundamente diferentes, uma vez que os primeiros se podem manter no terreno durante muito tempo, sendo colhidos à medida das necessidades de consumo, e envolvendo um tratamento e assistência permanentes, enquanto que os segundos estão mais ligados a uma agricultura sazonal, com períodos de certa latência e de grande actividade, esta sobretudo no momento da ceifa (B. Orme, *op. cit.*, p. 56), frequentemente rodeada de grande efervescência social e de práticas rituais.

Uma das conclusões que, desde logo, se tira do estudo das sociedades actuais que praticam este tipo de agricultura, é que, apesar do profundo conhecimento empírico que demonstram das aptidões dos solos, em função das técnicas de que dispõem e dos produtos que pretendem obter, não há relação directa entre condições naturais e zonas efectivamente agricultadas, uma vez que as opções de natureza cultural jogam de um modo importante (Orme, *ib.*, pp. 56 e 57). Isto desde logo previne os arqueólogos para o perigo de conclusões deterministas e precipitadas.

A agricultura itinerante, como, a seu modo, qualquer outra, compreende uma certa sucessão de operações (selecção do campo, limpeza da vegetação, queimada, sementeira, monda, colheita, armazenamento — cf. Orme, *op. cit.*), em que não nos demoraremos aqui. Convém apenas fazer notar que:

— nem sempre, no trabalho da limpeza da vegetação, são utilizados instrumentos tipicamente agrícolas;

— os agricultores «primitivos» são capazes de eliminar qualquer tipo de cobertura vegetal, por mais densa que seja;

— a limpeza de matos e árvores pode ser total, ou apenas parcial;

— é frequente a vedação dos campos, para os proteger dos animais, domésticos ou selvagens;

— a queimada é importante para fertilizar o terreno, mas sobretudo para eliminação da vegetação daninha rasteira;

— não se utiliza vulgarmente o arado, porque a terra existente sob as árvores abatidas é fofa, e para enterrar as sementes basta um pau de escavar, muito difundido;

— é raro a sementeira concentrar-se apenas numa espécie; se esta conclusão é evidente nos «jardins» dos horticultores de tubérculos, onde a diversidade de produtos é quase uma réplica da variedade das espécies na floresta original (Orme, p. 62), ela é também válida para os agricultores de cereais;

— normalmente um campo é abandonado, não por ter atingido o estado de infertilidade (sempre evitado, porque prejudicial a médio prazo), mas porque a vegetação daninha, crescendo demasiado, torna mais prática a abertura de um campo novo, em terreno florestado (Orme, *ib.*, p. 64 e p. 74);

— o movimento de expansão para novos campos pode ser localizado, criando-se um novo campo ao lado do que se abandona, adentro de um território limitado, ou pode processar-se linearmente, sempre em direcção a novos territórios, assumindo então um aspecto de permanente pioneirismo (Orme, pp. 66-69). Uma sociedade deste último tipo pode deslocar-se 80 a 160 km. por geração (*ib.*). Por vezes, pode dar-se a conjugação dos dois aspectos numa mesma população, verificando-se uma movimentação localizada nas colectividades centrais, e mais ampla, nas periféricas (*ib.*, p. 69);

— as razões do abandono de uma área por outra não podem ser reduzidas ao factor da infertilidade dos solos, verificando-se frequentemente causas sociais e até políticas do fenómeno;

— não é nas comunidades de maior densidade demográfica que se forjam movimentos de colonização de terreno virgem, mas, ao contrário, nas de menores quantitativos populacionais. Escreve B. Orme, na capital obra a que estamos aludindo: «Isto sugere que a agricultura itinerante com características de pioneirismo («pionneering shifting agriculture») é um fenómeno dos estádios iniciais da colonização, deslocando-se os agricultores para áreas novas antes de atingir o limite da capacidade do território ocupado; sugere também que o facto de existir terra nova disponível favorece certos desenvolvimentos culturais que encorajam a migração. Por outro lado, se os territórios em torno já estão ocupados (...) surgirão tendências culturais desencorajadoras da migração, embora continuem os movimentos à escala local. Desta agricultura pioneira resulta uma colonização muito rápida de extensas áreas por uma população pouco numerosa e esparsa, vivendo em habitats pequenos e temporários». (p. 69). Estamos convencidos — mas é apenas uma hipótese de trabalho — de que este tipo de itinerância pode explicar a expansão regional do megalitismo, bem como a «fragilidade» dos habitats coevos dos túmulos.

— é possível que os agricultores itinerantes primitivos tenham privilegiado os solos pouco fundos, mais fáceis de trabalhar («light soils»); porém, a grande capacidade de adaptação das sociedades actuais

do mesmo tipo, e a existência, pelo menos em certos pontos da Europa atlântica, de uma forma primitiva de arado durante a Pré-história, não nos permitem ser concludentes a este respeito, embora continuemos a achar a hipótese verosímil, pelo menos relativamente à nossa área de estudo (Norte de Portugal); é um ponto a que voltaremos;

— o carácter localizado, limitado, da área abrangida por campos de cultivo, e a curta duração destes na agricultura itinerante, não são de molde a favorecer a deposição significativa de pólen das espécies agricultadas; perguntamo-nos, assim, com Orme (*ib.*, p. 70 e p. 74), se os diagramas polínicos referentes à Pré-história europeia, e normalmente considerados como datando dos inícios da agricultura, não equivalerão, já, a um momento secundário, posterior à fase pioneira, em que as áreas abrangidas pelo cultivo se teriam ampliado;

— alguns pré-historiadores estão demasiado habituados a ver a caça/recoleção e a agricultura como dois géneros de vida mutuamente exclusivos. Não pode haver maior erro. Meillassoux, chamando a atenção para o facto de, cada vez que uma nova comunidade agrícola se instala num território (devido, por exemplo, a segmentação da comunidade-mãe), tem de praticar a caça e a recoleção para alimentar as pessoas entre o investimento de trabalho na terra e a primeira colheita (facto particularmente relevante se se trata de agricultura sazonal), escreve que «historicamente, portanto, a agricultura não pode aparecer senão associada com uma economia de predação, a pesca, a recoleção, a caça. Estas actividades conservarão a sua importância enquanto a produtividade agrícola não permitir cobrir ainda as necessidades alimentares dos produtores durante o período improdutivo ou em períodos de escassez». (*Mulheres, Celeiros e Capitais*, p. 72 — corrigimos parcialmente a tradução, eivada de erros, da ed. port.). Sabe-se hoje que aquilo que habitualmente designamos «Neolítico antigo» do Mediterrâneo ocidental (em parte por «vício» arqueológico) deve ser considerado ligado fundamentalmente a uma economia de predação. Orme (*op. cit.*, pp. 71 e seg.) vai ainda mais longe, sugerindo a existência frequente de sociedades caçadoras / agricultoras / recolectoras, que encontram na conjugação de todas essas actividades uma boa base de subsistência, normalmente ligada a pioneirismo, por contraposição a uma agricultura mista («mixed farming») que se articula com um modo mais estável, sedentário, de vida.

Vem a propósito referir que a caça se manterá nas sociedades de agricultores como uma prática que permite adquirir prestígio, contrapondo-se à rotina do cultivo. Não é assim de admirar que, no dólmen dos Juncais, na Beira Alta, nos surja pintada uma «cena de caça ao veado», com caçadores armados de arco e flecha rodeados de cães, assumindo aspectos

de insólito a interpretação de certos autores segundo a qual se trataria do reaproveitamento de uma laje pintada durante o Epipaleolítico¹⁰. Nada de mais «natural», numa sociedade de agricultores/caçadores, do que valorizar, numa pintura funerária simbólica (um homem com um arco aparece também no dólmen da Lubagueira, igualmente na Beira Alta), um aspecto de prestígio provavelmente ligado à vida dos inumados. Cenas de «caça» aparecem, aliás, na arte do Vale do Tejo (por ex., homem transportando um cervídeo morto, de S. Simão) e no «menir» fálco insculturado de S. Martinho (Museu de Castelo Branco), para não falar de tantas outras, sub-naturalistas ou esquemáticas, sem que alguém pense atribuir tais manifestações ao «Epipaleolítico»; tinham, com toda a certeza, um significado religioso-cultural, ligado à honorificação de uma actividade predominantemente masculina, como é a caça, e como será a guerra;

— à excepção precisamente dos cães, os agricultores primitivos actuais criam poucos ou nenhuns animais domésticos, e os que possuem destinam-se muitas vezes a funções rituais, como os porcos na Melanésia¹¹; «onde se dá igual importância — escreve Orme, p. 75 — à domesticação tanto de plantas como de animais, estamos já provavelmente perante camponeses mais ou menos sedentarizados numa paisagem cultivada permanente, muito possivelmente ligados a algum sistema económico mais complexo». Este tipo de agricultura, mista, pode porém ter-se desenvolvido mais cedo na Pré-história do que seríamos levados a supor a partir do conhecimento das sociedades actuais;

— realmente, B. Orme acentua o facto de, pelo menos em três aspectos, a Pré-história europeia apresentar desenvolvimentos precoces que surpreendem o antropólogo. Um, é o facto acabado de referir: as sociedades actuais de agricultores primitivos conjugam a agricultura com a caça, não com a domesticação de animais. Por outro lado, não conhecem o arado (que envolve a tracção animal e o trabalho masculino na lavoura); ora, embora tradicionalmente se escrevesse que o arado só aparecia na Europa com a Idade do Bronze (II.º milénio a. C.)¹², época em que, sem dúvida, se generaliza (como o mostra a arte rupestre), ultimamente têm vindo a detectar-se provas da sua presença a partir do IV.º milénio, nomeadamente nas Ilhas Britânicas, como antes dissemos, e como refere o próprio Orme (p. 274). Por fim, a existência da roda e do carro,

¹⁰ Por ex., *Portugal Pré-histórico — seu enquadramento no Mediterrâneo*, de O. da Veiga Ferreira e M. Leitão, Lisboa, ed. Europ-América, s/d., p. 120.

¹¹ V. Rappaport, *Pigs for the Ancestors*, New Haven, Yale University Press, 1978.

¹² *Les Origines de la Civilisation Technique*, Paris, P.U.F., 1962, p. 83.

absolutamente estranhos às sociedades actuais de que estamos tratando, mas presentes na Europa pré-histórica, põem também problemas. E, a esta lista, seríamos tentados a acrescentar, entre outros, os monumentos megalíticos. Realmente, como se explica a existência de uma arquitectura de pedra tão remota, e tão elaborada, como o testemunha um monumento, por exemplo, como Barnenez, na Bretanha? Pode falar-se, como faz Guilaine, de uma súbita «explosão» megalítica na fachada atlântica¹³? É certo que em muitas sociedades extra-europeias o megalitismo ocorre — mas não em sociedades de tipo agrícola inicial. E muitas outras discrepâncias poderíamos encontrar, entre os dados da Etnologia e os da Pré-história europeia. Sem querer resolver tão complexo e capital problema com algumas frases, não há dúvida de que, tal como o próprio Orme sugere (mas não acentua suficientemente), não se pode falar da Europa no seu conjunto, pois ela conheceu zonas muito mais progressivas do que outras, e as conclusões válidas para uma zona não o são para outra: durante o Neolítico, a Europa mediterrânica não se comportou como a ocidental atlântica, nem como a Europa nórdica ou continental — enquanto em certas áreas se ensaiavam formas de vida proto-urbana, noutras permanecia-se na caça tradicional, ou faziam-se as primeiras tentativas agrícolas. O polimorfismo é enorme, e só agora começamos a ultrapassar em Pré-história esquemas evolutivos simplistas, unilineares, parecendo inspirados na geologia. Não há uma Europa pré-histórica, como, ainda hoje, época de tão grandes tendências uniformizantes, ainda há várias Europas, do ponto de vista económico-social e cultural. O que não há dúvida é de que, em certas áreas, conforme a época e o fenómeno considerado, a Europa pré-histórica desenvolveu formas culturais tão extraordinariamente evolucionadas, que nos espantam (mas afinal, quer queiramos, quer não, continuou a fazê-lo noutros momentos da história subsequente... isto sem querermos defender qualquer eurocentrismo).

Vejamos, por exemplo, o caso do arado. Relativamente à França, Courtin e outros afirmam claramente:¹⁴ «Parece (...) que durante todo o Neolítico e Calcolítico a cultura com enxada (ou sacho) foi a única praticada». E, já anteriormente (*ib.*), haviam escrito: «Não possuímos quaisquer provas de lavoura por tracção animal anteriormente à Idade do Bronze». Numa obra mais antiga (*Les Origines de la Civilisation Technique*, 1962), D. Faucher, que escreveu o capítulo sobre as origens da agricultura, após descrever minuciosamente todos os processos de revolvimento agrícola do solo anteriores ao arado, escreve que «as

¹³ *La France d'Avant la France*, Paris, Hachette, 1980, p. 63.

¹⁴ *La Préhistoire Française*, Paris, CNRS, 1976, t. II, p. 172.

representações dos arados mais primitivos, por exemplo as das gravuras rupestres dos Alpes Marítimos ou da Suécia meridional, são da Idade do Bronze, no máximo do seu período inicial». (p. 83). A julgar por estes autores franceses, haveria perfeita adequação entre os dados da Antropologia e da Arqueologia pré-histórica. Porém, nas últimas décadas têm vindo a fazer-se descobertas que dão novos elementos para o estudo do assunto, nomeadamente sulcos de arado conservados em paleossolos, uns da Idade do Bronze, mas outros mais antigos. Refira-se também, de passagem, que no Norte da Europa foram encontrados restos de alguns exemplares de arados, que puderam ser reconstituídos, e até reproduzidos, tendo-se realizado, na Dinamarca, interessantes experiências para esclarecer a forma da sua utilização e a sua eficácia¹⁵. Embora tais arados sejam já da Idade do Ferro, o estudo comparativo dos sulcos deixados no solo pelas acções experimentais e dos que têm sido detectados em campos pré-históricos tem indubitável interesse para o esclarecimento das primeiras formas deste tipo de agricultura. Aliás, já G. Clark, numa obra que inaugurou um novo capítulo da Pré-história europeia, *Prehistoric Europe — The Economic Basis* (1952), chamava a atenção para o interesse do problema, afirmando todavia a não existência de testemunhos de arados durante o Neolítico antigo europeu¹⁶, mas apenas em épocas subsequentes, escrevendo: «Por outro lado, vestígios de lavoura, sob a forma de antigos solos arados, por vezes com marcas dispostas de forma cruzada, enterrados sob, e preservados por «tumuli» funerários, podem em vários casos recuar-se até à Idade do Bronze, como é o caso dos encontrados por Hatt e Vesterlund na Jutlândia, ou os exumados por van Giffen durante a escavação de três mamoaas circulares perto de Zwaagdijk, no Norte da Holanda, datando da Idade do Bronze média ou final. De facto, van Giffen atribuiu sulcos desse tipo, encontrados sob uma mamoa situada perto de Gasteren, em Drenthe, ao fim da fase neolítica holandesa». (pp. 99 e 100). E, mais à frente, acrescenta: «não há bons testemunhos do uso do arado na Europa neolítica, a não ser que aceitemos como tais os sulcos encontrados sob o «tumulus» de Gasteren, que datam, no máximo, do fim desse período nos Países Baixos». (p. 101). Porém, posteriormente, tais dados surgiram, como escreve Case (já por nós antes citado) e B.

¹⁵ (Cf. John Coles, *Arqueologia Experimental*, ed. port., Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 30 e seg.; H. O. Hansen, *Experimental ploughing with a Doestrup Ard Replica, Tools and Tillage*, vol I, fasc. 2, 1969, pp. 67-92; idem, *Report of imitative ploughing experiments with copies of a prehistoric ard with passing through stil» (Doestrup-type)*, Lejre, 1969.

¹⁶ Noção que aliás continua a ser corroborada por Jarman: *V. Early Crop Agriculture in Europe*, *op. cit.* na nota 3 *supra*, IX.º Cong. UISPP, col. XX, p. 119.

Orme: «No Sul da Grã-Bretanha existem provas de lavoura em Hambleton, em Dorset, e sob o «tumulus» alongado de South Street em Wiltshire. Em ambos os casos, pequenos sulcos existentes no sub-solo sugerem que um arado foi usado para abrir o solo». (p. 279). E, adiante, acrescenta: «Os testemunhos de todas estas fontes apontam claramente para uma agricultura com arado, oposta à agricultura itinerante ou agricultura de sacho, na Europa ocidental. Em algumas regiões ela é conhecida a partir dos finais do IV.º milénio a.C., e indubitavelmente expandiu-se a partir do II.º milénio». (p. 280). Realmente, além daqueles exemplos que Orme cita, outros poderíamos referir, relativos a marcas de arado, como as encontradas sob o «tumulus» alongado de South Lodge, perto de Avebury, Wiltshire¹⁷ e, numa região bastante distante, na Polónia, sob um dos «tumuli» (n.º8) de Sarnowo, do grupo de Kujavia (dist. de Wloclawek), consideradas por Jardzewski do 2.º quartel do IV.º milénio a.C. (cultura TRB)¹⁸.

Mas, apesar de tudo, neste aspecto, cremos que Orme só teria ganho em rigor se dissesse que, embora o arado — e até um sistema de divisão de campos permanentes — seja conhecido em certos pontos da Europa neolítica, noutros locais é bem mais provável que a agricultura praticada fosse a da queimada, acentuando portanto o polimorfismo de situações que a economia pré-histórica europeia conheceu. Não se pode generalizar a partir de poucos casos. Apenas no que se refere à Europa média, e em particular à cultura da «cerâmica de bandas», umas áreas (Bylany, na Checoslováquia) foram ligadas à agricultura itinerante, outras (Aldehovener Platte, na Alemanha ocidental) à agricultura sedentária.

Inúmeros autores se referem, aliás, à agricultura itinerante como hipótese explicativa válida para a interpretação de regiões neolíticas que estudaram. Para só dar alguns exemplos, Renfrew admitiu, em 1973, que fosse essa a agricultura dos construtores dos «tumuli» alongados neolíticos do Wessex¹⁹. Kaelas fez o mesmo em relação ao Neolítico megalítico do Sul da Escandinávia (cf. *Palaeohistoria*, vol. XII, 1967 p. 313). Romans e Robertson, ao referirem-se aos perfis pedológicos dos solos enterrados sob as mamoas de Daladies (Escócia, escavada por Piggott) e de Fochabers (Morayshire, também na Grã-Bretanha), consideram as suas características «compatíveis com a agricultura de corte e queimada numa

¹⁷ Cf. Fowler e Evans, Plough-marks, lynchets and early fields, *Antiquity*, XLI, 1967, pp. 289-301.

¹⁸ Cf. *Megalithic Graves and Ritual*, Moesgård, Jutland Archaeological Society, 1973, p. 65.

¹⁹ Cf. *The Explanation of Culture Change — Models in Prehistory*, Londres, Duckworth, 1974, p. 546.

floresta de árvores de folhas caducas na qual o carvalho era um elemento importante»²⁰.

Mais uma vez, pois, o polimorfismo é aqui a regra. O próprio megalitismo — em relação ao qual Renfrew escreveu que «não é necessário que os megálitos sejam um fenómeno unitário»²¹ — deve ter conhecido culturas e formas de vida económica muito diferentes: o megalitismo deve ser visto como um processo ligado a sociedades muito diversificadas e em devir. Apesar disso, algumas linhas de força, aqui como na religião, se podem esboçar. Se elas não representam, ainda, um quadro coerente, e se são em grande medida modelos que têm de ser postos à prova dos factos, não deixam de representar um progresso enorme na problematização do problema.

Dois autores (entre muitos outros) têm dado uma contribuição significativa para a reconstituição do ambiente económico-social do megalitismo: Colin Renfrew e Grahame Clark.

Tradicionalmente, um dos maiores problemas neste capítulo radica no quase desconhecimento dos habitats coevos dos megálitos; os casos pontuais existentes não chegam para colmatar as nossas lacunas. Há regiões inteiras da Europa megalítica em que nem um só habitat foi detectado. Este facto tem representado um grave óbice para a reconstituição dos aspectos económicos, em particular através da análise territorial, hoje tão aconselhada, nomeadamente pelos autores de língua inglesa. São já clássicas as obras dirigidas por Higgs, *Papers in Economic Prehistory* (1972) e *Palaeoeconomy* (1975), e a sua «catchment analysis» (análise dos territórios de captação de recursos), definida em colaboração com Vita-Finzi (*Papers...*, pp. 27-36). Mas, toda essa perspectiva gira, como é natural, em torno dos habitats, substituindo-se a tradicional análise arqueológica da estação, por um estudo em que se relaciona a mesma estação com o território que servia e de que se servia, nomeadamente em termos de exploração agrícola.

Porém, recentemente, num artigo de importância capital — «The economic context of dolmens and passage-graves in Sweden», 1977 — G. Clark veio afirmar uma ideia que estava já no espírito de muitos arqueólogos: a de que a distribuição e localização dos túmulos pode dar-nos dados muito positivos sobre os territórios dos seus construtores, uma vez que estes deviam habitar na proximidade dos cemitérios. E escreve aquele autor: «as mesmas forças que nos asseguram que numa economia

²⁰ *The effect of man on the landscape: the Highland Zone*, Londres, C.B.A., 1975, p. 37.

²¹ *Megaliths, territories and populations*, p. 204.

de subsistência a maior parte dos alimentos são obtidos num raio de uma hora, pouco mais ou menos, em relação ao foco do habitat, aplicam-se igualmente à localização dos mortos — principalmente quando estava em causa a erecção de túmulos que exigiam uma quantidade substancial de trabalho humano». (p. 35). E reforça a sua ideia fazendo notar que os monumentos não eram apenas utilizados para enterramento, mas eram pólos de acções culturais realizadas ao longo do tempo, pelo que a sua localização, próximo dos habitats, se impunha, até por uma questão de economia de esforço (p. 37). Casos em que se conhecem povoados e cemitérios, mesmo que pertencentes a sociedades mais evolucionadas (por ex., o sítio calcolítico de Los Millares), mostram a sua contiguidade, que seria até de esperar fosse menor nessas sociedades, sob cujo controle se encontravam territórios mais amplos. Alcalar, no Algarve, é um outro exemplo de proximidade de necrópole e habitat, no Calcolítico.

Trata-se de uma hipótese muito verosímil. No caso que estudámos detalhadamente para o nosso trabalho de doutoramento, ao longo de anos que nos deram um conhecimento íntimo do território, a Serra da Aboboreira (distrito do Porto), verificámos que, na topografia, existem três áreas bem marcadas: os afloramentos graníticos, por vezes assumindo a feição de verdadeiros caos de blocos, as chãs, mais ou menos horizontais, sobre as quais se encontram os monumentos, e os lameiros, ou zonas irrigadas, cobertas de erva sempre verde, particularmente procurados pelo gado vacum que pasta na serra. Se pensarmos que a agricultura, nestes, era perfeitamente possível, e que os habitats, se se instalassem sobre os rochedos, estariam numa posição desabrigada, é muito provável que estes se encontrassem na margem dos lameiros, à beira dos campos, e na proximidade imediata dos túmulos, que aproveitariam as zonas planas apenas cobertas por um litosolo impróprio para o trabalho agrícola. Os buracos de postes encontrados em 1980 sob o lajeado periférico da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos talvez sejam uma indicação neste sentido, uma vez que podem ter pertencido a uma cabana, situada nas imediações de um lameiro.

Quando publicámos o relatório das escavações daquele monumento²², nas conclusões (p. 28) escrevemos: «ainda hoje não nos podemos decidir, dada a ausência sobre a implantação dos povoados, e o nosso desconhecimento da paleo-climatologia, sobre um destes três modelos: existência de habitats próximos dos túmulos, movendo-se num terreno de «plateau» de que aqueles seriam, por assim dizer, os «pivots»;

²² V. O. Jorge, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Portugalia*, nova série, vol. I, 1980, pp. 9-28.

existência de habitats no vale, contrapostos às necrópoles da Serra (neste caso, a intensa ocupação posterior tê-los-ia destruído); existência de povoados de vale e de altitude (esta nomenclatura não deverá escamotear o fácil e rápido acesso às duas zonas, através dos estreitos vales que marcam a periferia de toda a Serra) (...). Hoje, utilizando a hipótese de Clark (a que só posteriormente tivemos acesso), e nunca perdendo de vista que se trata de uma simples hipótese (temos sempre de ter presente a variedade de soluções que o homem pré-histórico foi capaz de implementar), apontaríamos claramente para a primeira das soluções indicadas. Uma questão, porém, prevalece: a de saber se a vida humana na Serra da Aboboreira, ao longo de todo o ano (tendo em atenção que estamos a altitudes de quase 1.000 m.) seria suficientemente atraente para populações que realizariam uma agricultura de subsistência mas que, apesar disso, conseguiram os excedentes pressupostos na construção dos túmulos. Esta pergunta podia formular-se relativamente a muitos outros locais do Norte do país, e mesmo de toda a Europa atlântica, onde, apesar de climas muito mais rigorosos, se geraram culturas megalíticas de grande pujança. A este respeito, tem muito interesse o estudo que H. N. Jarman fez (já atrás várias vezes citado) da economia neolítica antiga da Europa, baseado na análise territorial. Após lembrar que em comunidades neolíticas «primitivas» («subsistence farming villages») «a área acessível à exploração, que se encontra a uma distância de 10 a 20 m. do habitat, é normalmente a mais intensamente cultivada, sendo a exploração agrícola cada vez menos rentável à medida que nos aproximamos da uma hora de distância» (p 118), a autora chega a algumas conclusões importantes, que poderemos resumir assim:

— com os instrumentos ao dispor do homem no Neolítico antigo, isto é, sachos e paus de escavar, apenas solos pouco ou medianamente espessos poderiam ser utilizados;

— os mais importantes cereais cultivados («T. monococcum», ou «einkorn» na expressão inglesa, e «T. dicoccum», ou «emmer») aguentavam-se muito melhor em solos pobres do que as variedades actuais de trigo, sendo também relativamente incólumes às flutuações climáticas, por comparação com aquelas variedades;

— certos ambientes em que viveram os homens do Neolítico antigo na Europa temperada podem considerar-se «elásticos», pela sua resistência às variações climáticas holocénicas, em contraposição a certos ambientes mais férteis, mas mais sensíveis, que, sujeitos a uma exploração intensa, e a flutuações micro-climáticas, poderiam rapidamente degradar-se nos quantitativos de produção conseguidos;

— os pedólogos preocupam-se naturalmente com uma classificação exaustiva dos solos, mas, para os pré-historiadores, o que importa

sobretudo é estabelecer a capacidade agrológica dos mesmos, em relação à qual pequenas variações não são significativas. Ora, é interessante verificar que os estudos feitos sobre paleosolos, como, por exemplo, os que se encontram enterrados sob «tumuli», mostraram que esses solos pré-históricos não diferem consideravelmente dos que na actualidade existem nas mesmas áreas;

— nas várias zonas estudadas pela autora (cuja discriminação não importa ao nosso objectivo), os terrenos em torno dos habitats eram planos ou de declive suave, permitindo a constituição de territórios aproximadamente circulares;

— Todas essas zonas incluíam solos facilmente agricultáveis, pouco profundos; a fertilidade era procurada adentro desse tipo de solos, como uma característica secundária; por sua vez, os solos mais profundos e húmidos, que também existiam nas mesmas áreas, deviam destinar-se à pastorícia, e não ao cultivo;

— em todas as estações estavam presentes restos de plantas cultivadas e de animais que, sendo domésticos, levantariam o problema de estarmos perante uma agricultura mista; não sendo normalmente os vales dos rios utilizados para o cultivo, eles poderiam ser aplicados na pastorícia. Reencontramos aqui a questão da agricultura itinerante / agricultura mista de que já atrás falámos.

Seja como for, as considerações de Jarman, mostrando a relativa «invulnerabilidade» da economia neolítica perante as condições ambientais (dissemos, apenas, «relativa»), predispõem-nos mais facilmente para aceitar a contiguidade de túmulos, habitats, e campos agricultados em áreas que hoje não nos parecem as mais férteis, mas que, há vários milhares de anos, poderiam ser relativamente férteis e compensatórias, porque mais fáceis de trabalhar com a tecnologia da época. Escreveu Faucher (op. cit., p. 80) que «é bem provável que os agricultores primitivos tenham procurado preferencialmente, para instalar os seus campos, superfícies desprovidas de árvores». Deveriam ser assim os amplos «plateaux» do Norte do nosso país, quando os agricultores megalíticos aí construíram os seus túmulos, espalhando-se talvez, com relativa rapidez, por essa terra «aberta», ambientalmente homogénea, onde poderiam ter instalado o seu «ecossistema»²³.

²³ Várias são as regiões megalíticas da Europa onde os monumentos nos surgem implantados em zonas de solos pouco fundos e mais fáceis de trabalhar com uma tecnologia «primitiva». Por exemplo, Nordman (*The Megalithic Culture of Northern Europe*, 1935, p. 48) escreve: «Nos seus estudos fundamentais de distribuição de estações Sophus Müller apontou o facto de os monumentos megalíticos (bem como outros túmulos da Idade da Pedra) se situarem, em regra, em solos comparativamente

Um outro meio de subsistência, particularmente importante para as sociedades neolíticas da fachada atlântica, terá sido sem dúvida a pesca. Vai neste sentido o artigo citado de G. Clark, e um livro recente do mesmo autor, *Mesolithic Prelude* (1980), consagrado a mostrar o relevante significado que teve o Mesolítico na emergência das primeiras sociedades e tecnologias neolíticas. A exploração dos recursos aquáticos, e em especial oceânicos, que nesse período praticamente se iniciou, teve um papel importante na criação de excedentes que podem estar por detrás de certas criações megalíticas (por exemplo, no Sul da Suécia, ou nas ilhas Scilly) e, até, de difusionismos de formas arquitectónicas.

Também a transumância tem sido invocada para explicar a economia megalítica. É o caso do trabalho de Higgs, *The history of European agriculture — the uplands*, *Phil. Trans. Royal Soc. London*, 275, (1976), pp. 159-173. Comentado por Chapman numa recensão crítica da *Antiquity*²⁴. Higgs chama a atenção para a importância que as zonas de montanha devem ter tido na Pré-história europeia — nesse aspecto não podemos deixar de concordar com ele, bem como quando avisa os arqueólogos de que «as economias móveis fazem muito poucos artefactos» (p. 159), não sendo portanto por vias deles que elas se podem estudar. Mas já nos custa seguir o autor quando pretende articular a distribuição dos megálitos catalães com as «cañadas», estendendo depois a argumentação a toda a Hispânia, na qual haveria sempre uma certa relação entre caminhos da transumância e a distribuição dos monumentos megalíticos. Chapman põe bem em evidência o simplismo de tal concepção, que confunde fenómenos de pequena escala, como poderiam ser as deslocações sazonais de gado durante a Pré-história, com as movimentações transumantes medievais, de longo alcance, e inseridas numa organização estatal. Aliás, é já longa a série de autores que tentaram explicar o megalitismo pelo modo de vida pastoril, baseados no facto dos monumentos surgirem em regiões predominantemente pouco férteis segundo o ponto de vista actual, e esquecendo-se que tal modo de vida representa uma especialização tardia, absolutamente incompatível com as sociedades de

pouco fundos. As populações evitaram os solos argilosos pesados que não eram apropriados à agricultura primitiva da Idade da Pedra; na Dinamarca os vales argilosos do final do período glacial e dos períodos pós-glaciários possuem consequentemente poucos túmulos megalíticos».

Sobre a problemática da agricultura «primitiva» na Europa mediterrânica vide Catherine Delano Smith, *Western Mediterranean Europe*, Londres, Academic Press, 1979.

²⁴ Transhumance and megalithic tombs in Iberia, *Antiquity*, LIII, 1979, pp. 150-152.

agricultura itinerante, ou mesmo de agricultura mista, que temos vindo a considerar como contexto do problema. Para só dar um exemplo (a bibliografia sobre esta questão é vastíssima), B. Orme escreve: «sugiro que o homem que se dedica ao pastoreio, que é tão parecido com o caçador em diversos sentidos, tem em relação a este uma diferença crucial, que consiste em que ele só pode desenvolver com êxito a sua economia como complemento de uma sociedade complexa e provavelmente urbana» (op. cit., p. 262). Trata-se, pois, de um ponto de vista anacrónico para explicar o megalitismo, como anacrónica seria a ligação global do mesmo fenómeno à metalurgia, teoria que foi frequentemente apresentada: há sem dúvida momentos do megalitismo que estão já relacionados com sociedades conhecedoras do metal, mas são manifestações tardias de uma realidade que tem as suas raízes em sociedades anteriores.

O maior esforço para compreender essas sociedades e seus monumentos, de um ponto de vista antropológico, tem partido de Colin Renfrew. Em vários trabalhos (por ex., *Before Civilization*, 2.^a ed., 1976), mas sobretudo em «Megaliths, Territories and Populations» (1976), este autor sugeriu que os monumentos megalíticos exerceram a função de marcas de territórios de sociedades segmentárias, para lá do seu papel meramente funerário, e concomitantemente com ele. Em tais sociedades, em que a descontinuidade social e espacial é predominante, como vimos antes, o espaço encontra-se muitas vezes organizado em torno de um pólo, que é um poderoso estimulante da integração social, materializando os laços sociais num centro colectivo, que pode ser utilizado para a realização de rituais, festas, redistribuição de bens, centro esse que terá uma força muito especial se for o lugar da memória colectiva, o local em que repousam os antepassados da linhagem, do clã, ou da tribo. Situado no interior do espaço humanizado, materializado em monumentos bem visíveis, bem marcados na paisagem, tal local significará aos olhos de todos a continuidade das tradições, a ligação dos actos actuais aos passados, numa palavra, instaurará um cosmos, uma ordem estável, comum, contraposta aos meros interesses particulares. Aqui o social liga-se inextricavelmente ao simbólico e ao religioso. A necrópole, ou o «túmulo-templo», contendo os antepassados colectivos, é um selo de posse do território pela comunidade, e uma marca protectora da terra pelos seus espíritos.

A discussão gera-se, mais uma vez, em torno do tipo exacto de sociedade em causa. H. Case, citado por Renfrew («Megaliths»..., p. 208) refere-se aos «cairns» como centros fixos de uma sociedade seminómada, hipótese a que também já aludimos. Num extremo oposto, Fleming, num artigo significativamente intitulado «Tombs for the living» (*Man*, 1973) liga os monumentos funerários à consolidação de uma

estrutura hierárquica encimada por líderes. Apesar de ter tentado provar²⁵ a existência de chefados na sociedade neolítica do Wessex, consolidando-se de forma progressiva, e unindo-se possivelmente num único chefado numa fase final desse período, Renfrew veio, em 1976 (art. cit.) defender a ligação dos monumentos a uma sociedade igualitária. Assim, escreveu (p. 208): «Na maior parte dos casos (...) os túmulos de câmara eram túmulos colectivos, e eu acredito que em geral o que eles simbolizavam era uma identidade colectiva». Porém, no nosso entender, esta posição não resolve nada; que significa um túmulo colectivo? A que nível era ele colectivo? Ao nível da família, da linhagem, do clã, da tribo? E que é uma identidade colectiva? A identidade colectiva tanto se podia projectar numa imagem de absoluta igualdade, como na imagem de um chefe, temporário ou permanente, hereditário ou não. E o próprio autor traz, em auxílio da sua hipótese, sociedades da Polinésia, que, regra geral, são bastantes hierarquizadas. E admite que, no caso de grandes aglomerações de túmulos, como as do vale do Boyne, na Irlanda, tal «concentração e centralização podem ser a expressão simbólica de certo centralismo na sociedade». (p. 211). Realmente, a própria localização espacial dos monumentos pode dar-nos indicações sobre a natureza da sociedade, uma vez que esse posicionamento pode corresponder à cristalização, ao nível simbólico, do espaço social ocupado pelos elementos da comunidade. Em certas necrópoles dolménicas de Trás-os-Montes, existe um monumento isolado, colocado no topo de uma colina ou na parte cimeira de uma lomba delimitante de uma chã, parecendo «presidir» ao conjunto de mamoa situado no «plateau» inferior. Equivalerá tal situação à sobreposição de um grupo em relação a outros na hierarquia social? É possível. Em verdade, pensamos que o megalitismo é um fenómeno de longa pervivência, que pode ter testemunhado a passagem de sociedades igualitárias a sociedades estratificadas; mais: pode ter tido nessa evolução um papel capital; nesse aspecto a nossa posição é algo intermédia em relação às de Renfrew e Fleming. Expliquemo-nos.

Podemos dizer-se que, de um modo geral, a construção de grandes monumentos, nomeadamente túmulos, em sociedades de tipo «primitivo» ou, mesmo, nas primeiras sociedades estatais, se liga, não a uma fase em que o poder central se encontra perfeitamente consolidado, legitimado, mas, pelo contrário, ao processo da sua estabilização, na medida em que as energias necessárias às construções monumentais, assim canalizadas,

²⁵ Em *Monuments, mobilization and social organization in neolithic Wessex, The Explanation of Culture Change — Models in Prehistory*, op. cit. na nota 19 *supra*, pp. 539-558.

são uma afirmação de coesão colectiva de que o chefe necessita para assentar a sua posição em bases mais firmes. Não só essa canalização já implica um certo poder, uma certa drenagem de excedentes para um centro, onde o líder se encontra como agente de todas as decisões importantes, como também o resultado dessa acção, o monumento em si, passa a representar o símbolo bem visível desse poder. As grandes obras públicas, nomeadamente as funerárias, em que está em jogo a devoção relativamente aos antepassados de uma família ou de qualquer outra minoria, são sempre características dos momentos históricos em que uma nova ideologia e/ou força se tentam impor. Huntington e Metcalf²⁶ estudaram a questão relativamente aos Berawanos da ilha de Bornéu (Insulíndia) e ao Egipto antigo.

No primeiro caso, estamos perante uma sociedade que pratica a agricultura itinerante, fundamentalmente endogâmica, cujos indivíduos vivem em «casas grandes» interiormente divididas por famílias, e junto das quais se localizam os mausoléus em madeira. É possível seguir, através dos vestígios desses habitats e seus túmulos anexos, o percurso relativamente recente deste povo ao longo da zona central, acidentada, do Norte da ilha, pelos vales dos rios, em direcção à região costeira.

Apesar de basicamente igualitária, esta sociedade apresenta no seu seio categorias diferentes, havendo em cada casa colectiva uma família preponderante, cujo chefe se afirma pela hereditariedade (genealogias que o ligam a antepassados, cujos espíritos protegem a comunidade) e pelo seu carisma pessoal. Só este homem tem a força suficiente para fazer construir um edifício funerário para si próprio, mas também o poder económico e o prestígio implícitos nos largos consumos que os rituais funerários implicam. Por outras palavras, só ele é capaz de aglomerar os esforços da comunidade para a realização de monumentos e de ritos que, se têm a justificação ideológica de contribuírem para a protecção colectiva, resultam também na prática no reforço do seu poder, na consolidação da sua genealogia, no seu controlo de uma sociedade cujas tendências para a segmentação são permanentes. Assim, um tecido complexo de razões, ideológicas, sociais e económicas, está por detrás da posição central que os funerais têm nesta sociedade (*op. cit.*, p. 139). Os edifícios funerários são, assim, sempre construídos em lugares de passagem, bem visíveis, para que todos possam admirar o poder de que eles são o signo e o símbolo; e a durabilidade dos túmulos é a própria manifestação real da continuidade de uma genealogia e do poder que a ela

²⁶ *Celebrations of Death — the anthropology of mortuary ritual*, Cambridge Univ. Press, 1979.

se liga. Eles legitimam, aos olhos de todos, esse poder, pois só são possíveis através de uma autoridade coordenadora, que, ao coordenar, se ergue à categoria aristocrática. O mesmo processo se deu no antigo Egipto, em que o monumentalismo que os túmulos progressivamente assumiram se relaciona com as etapas de consolidação de um poder central (*ib.*, p. 148). «Assim como os faraós construíram as pirâmides, assim as pirâmides construíram a civilização faraónica», escrevem os autores citados (p. 152), numa síntese simplista mas expressiva de uma realidade indesmentível, no estado actual dos nossos conhecimentos. Curioso é que, ainda no Egipto, a tendência para a monumentalidade tenha inflectido no sentido oposto, no momento em que o processo de consolidação do poder central se encontrava mais ou menos terminado (passagem das grandes pirâmides para a tumulação em hipogeus).

Estes dados, sem transposição directa, obviamente, mas apenas como modelo geral, podem dar-nos úteis sugestões para o entendimento da função dos megálitos funerários europeus. Renfrew interpreta-os fundamentalmente como correspondendo a um desejo de marcação territorial em sociedades que, chegando à fachada atlântica, e portanto não podendo mais expandir-se, conheceram um certo «stress» populacional, uma certa saturação demográfica relativamente às possibilidades alimentares do território («*carrying capacity*»), que obrigou a sérios ajustamentos sociais, e a uma nova identidade territorial simbolizada na construção de um centro ritual. Tudo isso parece certo, mas a discussão mantém-se em relação ao tipo de ajustamentos processado. Para Renfrew, perante a situação assim criada, as «sociedades segmentárias do Noroeste europeu responderam, pelo menos em alguns casos, pelo reforço da organização já existente, resistindo à mudança em vez de a explorar» («*Megaliths...*», p. 218). Não pensamos assim. Cremos que, em alguns casos, a relativa pequenez dos monumentos, e a sua disposição em núcleos análogos entre si, podem corresponder realmente ao modelo de sociedades igualitárias proposto; mas, noutros, em que a tendência para a monumentalidade se manifesta, por vezes com absorção de «tumuli» mais pequenos num de maiores dimensões, ou de justaposição (pelo menos aparente) de túmulos em posição topográfica dominante, em relação a outros distribuídos em áreas planas, parece estarmos perante uma hierarquia de estruturas que pode significar uma hierarquia social em vias de se afirmar. Sobretudo o facto de certos «tumuli» assumirem na paisagem proporções gigantescas, e de ostentarem características morfológicas e até espólios no seu exterior que só se podem explicar por serem utilizados para rituais que deveriam envolver grande número de pessoas, não são compreensíveis, a nosso ver, sem a existência de certa estratificação de poderes, e de centros de decisão e de organização de

rituais que correspondiam, decerto, ao desejo de integração de grupos algo numerosos, proporcionadores de excedentes que, se eram desse modo «congelados» em termos económicos, contribuíram poderosamente para a coesão social em torno de uma elite.

Mais uma vez, pois, optamos por uma solução maleável e polimorfa. O grande erro tem sido querer interpretar processos complexos e de larga diacronia como se fossem factos simples e momentâneos, por um lado, e, por outro, partir de visões unilineares e evolucionistas do passado humano (sejam quais forem as suas fontes de inspiração), baseadas na escamoteação dos dados antropológicos, para as aplicar ao caso específico da Pré-história europeia, ela própria alfobre de tantas soluções diversificadas. O megalitismo é um caso exemplar desse erro de visão, mas também da enriquecedora problemática que hoje está ao dispor do investigador que o saiba corrigir, desbloqueando pela via teórica os caminhos que melhor o levarão ao entendimento dos «factos concretos», isto é, das materialidades «arqueológicas» nossas contemporâneas.